

O IMPACTO IDEOLÓGICO DA DITADURA MILITAR: A Nova Reforma do Ensino Médio como uma ameaça à Educação brasileira.

Leticya Ewellyn Santos Ribeiro ¹
Paulo Roberto da Silva Moreira ²
Antonia Rozimar Machado e Rocha ³

RESUMO

A educação é um dos principais fatores responsáveis pela formação do indivíduo. Neste sentido, entende-se que pode ser transformada, por se tratar de um fator histórico, como também pode transformar o contexto social vigente. Por isso, ela tem um papel fundamental na estrutura social, sobretudo no que diz respeito à cidadania, e a reprodução das desigualdades sociais. Logo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a educação brasileira no período da Ditadura Militar a fim de compreender de que maneira o legado dessa Era está presente na educação atual. Além disso, fomentar novas reflexões acerca do impacto ideológico da Ditadura e suas novas faces veladas no atual contexto sócio-político brasileiro, traçando um paralelo entre a retirada de disciplinas das ciências humanas nos anos referentes ao Regime Ditatorial e a tentativa de repetir essa manobra no governo brasileiro que assumiu nas eleições presidenciais de 2018. Para tanto, a pesquisa terá um caráter de natureza bibliográfica, fundamentando-se em autores como SAVIANI (2008), ROMANELLI (2001). Dessa forma, os resultados do presente estudo, após as comparações e reflexões teóricas, apontam que a educação permanece com o forte teor de aparelhamento ideológico, mantendo, portanto, a transmissão da ideologia dominante.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Educação; Reforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira possui um histórico de sucessões entre avanços e retrocessos. Atualmente, podemos perceber que essa educação pouco mudou em relação às décadas anteriores. Isto é, algumas práticas pedagógicas permanecem com o caráter dual, não oportunizando a transformação da sociedade. Dessa forma, a Educação é um fator fundamental nos interesses sociais assumindo o papel de reprodução dos ideais favoráveis aos dominantes, ou seja, a necessidade de conservação da hegemonia dominante através do que Althusser (1976) denomina de Aparelhos Ideológicos do Estado, a educação aparece como

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, leribeiroufc@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará- UFC, pr.dsm@hotmail.com

³ Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Educação - UFC, profa.rosemachado@gmail.com

um dos principais aparelhos ideológicos, sobretudo no que diz respeito às desigualdades sociais.

Neste sentido, temos como objetivo analisar a educação brasileira no período da ditadura militar a fim de compreender de que maneira esse legado está presente na educação atual. Para tanto, fundamentamo-nos em estudos já consolidados na área, como os de Saviani (2008) e Romanelli (2001).

Dessa forma, esperamos responder às seguintes questões: Como ocorreu e qual foi o papel da educação no período da Ditadura Militar?; Qual o legado ideológico da Ditadura Militar na educação brasileira atual?, Além de fomentar algumas reflexões acerca da problemática, impulsionando pesquisas voltadas não só para a área da educação, mas também para a perspectiva histórica social de forma ampla.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo dessa reflexão, será utilizada como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica. Dentre os autores que dão suporte a esse estudo, destacam-se: Saviani (2008) e Romanelli (2001).

Nessa perspectiva, levando em consideração o objetivo da reflexão, considera-se que:

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. (SEVERINO, 2007, pág. 122).

Para efeitos de sistematização o trabalho está elencado em introdução, metodologia, desenvolvimento, resultados e discussões, considerações finais e referências.

DESENVOLVIMENTO

O histórico da Ditadura Militar e o papel da Educação brasileira nesse contexto.

Para que se possa entender o contexto da educação no período ditatorial faz-se necessária uma análise sobre o contexto político e social da época, para que se compreenda o processo gradual até o momento da, de fato, culminância na união civil-militar.

Historicamente, o político Jânio Quadros tomou posse do poder eleito democraticamente, uma vez que suas ações políticas tinham características populistas, o que durante sete meses aferiu o poder do povo nos direitos sociais. Entretanto, em 1961, ele

renunciou, e, o cargo deveria ter sido assumido pelo vice presidente, João Goulart, contudo, isso não ocorreu, pois, ao saber que os ideais do candidato também eram de caráter populista, os militares e conservadores em geral, contrariando a constituição, não permitiram que João Goulart assumisse o cargo. Sendo assim, a posição foi assumida pelo presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli que seria uma figura representativa da direção velada dos ministros-militares (TRINDADE, 1993).

Já no Rio Grande do Sul, criava-se, sob o comando de Lionel Brizola, uma rede de emissoras de rádio com o intuito de apoiar a posse desses militares. Isto é, a articulação implícita estava sendo feita no intuito de se preparar para uma regência militar. Porém, em último instante, foi aceito uma solução de compromisso aprovado pelo congresso, sendo este, a instauração do regime parlamentarista, João Goulart assume a presidência.

Em consequência desse regime parlamentarista - que reduz o poder do presidente da república - as crises começaram a tomar proporções maiores, a inflação aumentando, a população crescendo, problemas urbanos agravando-se, etc. Como solução, Goulart propôs que reformas de base fossem feitas, inclusive na esfera educacional. Para tanto, seria necessário ter maior liberdade em seu governo. Dessa maneira, um plebiscito, com o voto do povo, foi feito para que decidissem quanto o regime parlamentar, tendo como resultado, uma vitória maciça, já que a população acreditava que tal reforma iria sanar a crise no Brasil.

Todavia, os militares e as elites da época não estavam satisfeitos com esse governo, logo, decidiram fazer uma rebelião das forças armadas, em 1964, começando em Minas Gerais e repentinamente expanando em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, Goulart não teve como controlar a situação vigente e no dia 01 de abril, deixou o país como político exilado.

Por conseguinte, inúmeras mudanças começaram, partindo do Ato Institucional, que decretava ao poder executivo, a permissão de cassar mandatos parlamentares, declarar estado de sítio sem aprovação do congresso, suspender direitos políticos de qualquer cidadão, entre outras decisões autoritárias.

Na área da educação não foi diferente, surgiram várias mudanças, como por exemplo, os funcionários públicos do sistema educacional que cometessem atos de “subversão” ao governo eram presos e até torturados. Isto era um reflexo de como estava sendo estruturada uma sociedade regida de forma totalitária, em que a intolerância e o medo eram fatores preponderantes, sobretudo para ensinar a obediência ideológica e submissão aos militares.

Ademais, considerando os fatores de implantação de um estado ditatorial, a educação tecnicista, que tinha como objetivo atender as demandas da crescente industrialização que acontecia no Brasil, sendo produto do capital estrangeiro, foi o modelo que sobressaiu na época.

Isto é, a educação assumia um papel fundamental no crescimento econômico do país, pois se desconsiderava o conhecimento teórico, com enfoque na crescente desenvolvimentista e no trabalho manual. Entre os anos de 1964 e 1968, os presidentes militares, se uniram aos americanos para estabelecer um acordo entre o MEC e o United States International for Development (UNITED), fechando doze acordos, que visavam o fortalecimento do ensino primário, a assessoria técnica dos norte-americanos para aprimoramento do ensino médio, modernização universitária, etc.

Em consequência, se desenvolveu no Brasil, um sistema educacional que tinha características americanas, sendo colocado em prática de forma autoritária e domesticadora. Além disso, o intuito era focar na neutralidade desses estudantes, para que não fossem críticos, com base nos princípios de eficiência e produtividade. Os alunos não poderiam mais pensar sobre o meio social em que vivem, sobre questões políticas, apenas tinham que reproduzir o que lhes era passado, sem considerar sua carga de conhecimento e cultura. O intuito era formar trabalhadores, pessoas para operar em máquinas, que se desenvolviam pelo país, para, além disso, o conhecimento adquirido poderia ser perigoso ao governo.

Ademais, o papel do professor era de reproduzidor, apenas levar o conteúdo, como o único dotado de conhecimento, desconsiderando que os alunos pudessem adquirir aprendizado através de vivências com a família, ou com o local em que está inserido. Para, além disso, não permitir uma criticidade sobre o contexto sociopolítico, agir de forma autoritária, reforçando a alienação, como se fosse um técnico, ensinando outros a serem também técnicos.

Esta reprodução de conhecimentos não se deu de forma inocente. O intuito de formar cidadão a- crítico, professores que não promovesse a reflexão e problematização do contexto social, era, sobretudo, para que a forma de governo autoritária pudesse sobressair sem ter que lidar com problemas de oposições. De acordo com Saviani (2008) “[...] *chegam à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade que ela se insere*”. Isto é, para a classe dominante, o importante é que nas escolas houvesse uma educação que visasse à reprodução dessa sociedade, criando em larga escala uma desigualdade social, e fazendo com que a classe dominada veja como natural a sua posição

nos âmbitos sociais. Dessa forma, aprendia-se nas escolas que o dever do cidadão de bem é obedecer, não questionar, aprender o que está sendo visto de conteúdo para trabalhar (jamais pensando na dialética).

Após a reforma do MEC com a UNITED, ocorreu a reforma nos ensino de primeiro e segundo grau, Para Ghiraldelli (2000), o relatório feito pelo MEC-USAID e os elaborados pela Comissão Meira Matos e o GTRU (Grupo de Trabalho de Reforma Universitária), apresentavam enfoques diferentes no que dizia respeito ao ensino de 1º e 2º graus. Para Ghiraldelli (2000), o relatório Meira Matos e o GTRU “defendiam a reformulação do ensino médio em favor aos problemas que existiam na universidade, o relatório MEC-USAID tinha como fim integrar a universidade na vida econômica nacional, a fim de capacitá-la a atender a demanda de mão-de-obra”. Mas o objetivo era o mesmo, diminuir a crise nas universidades por causa do aumento em realizações de vestibulares e pela pressão por vagas, então como solução instaurou-se o ensino profissionalizante de nível médio, nas conhecidas escolas polivalentes.

Essa reforma, fez com que aumentasse o período escolar de quatro para oito anos, acarretando numa maior responsabilidade do Estado quanto ao ensino ofertado, Segundo a lei nº. 5.692, que reorganizou o Ensino de 1º e 2º graus, Art. 1º

“O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Isto é, a presença de caráter reprodutivista, responsável pela aplicação dos ideais do Estado de forma autoritária, resultando em um novo bloco que dirige a ideologia dominante. Dessa maneira, ao concluir cada um desses níveis, o discente, teoricamente, estaria preparado para exercer sua função no mercado de trabalho.

Adiante, Nos currículos de 1º e 2º graus surgiu um núcleo comum obrigatório, integrado pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião (obrigatória para a escola e optativa para o aluno). Esse núcleo comum e obrigatório acarretou prejuízos incontáveis para a educação, tais como: A abolição de algumas disciplinas escolares como a Sociologia, Filosofia e a Psicologia no 2º grau por necessidade de espaço nos currículos, e as uniões, como as da História e Geografia, constituindo os Estudos Sociais no 1º grau.

Destarte, a inserção de disciplinas que não estão voltadas para o desenvolvimento crítico do indivíduo é uma manobra do governo para que a ideologia dominante permanecesse reproduzida. A classe dominante continuava comandando com seus interesses acima de tudo e de todos, perpassando as gerações, fundando uma continuação de sua ideologia, enquanto que a classe dominada submissa à estruturação social não ousavam buscar autonomia, preocupando-se apenas em forma-se para o trabalho, acreditando que não haveria como ascender de classe, portanto, como Marx (2007) afirma em seus pensamentos, a estruturação social corresponde a um ciclo definido: a burguesia se manteria no poder e teria acesso à educação, enquanto o proletariado permaneceria com uma educação reprodutora e tecnicista.

Nova Reforma Educacional no Ensino Médio brasileiro: um resquício ideológico da Ditadura.

É de extrema importância entender que ainda vivemos sob uma ditadura de ideologia. Como Gadotti (2005, p. 81) afirma: “é preciso reconhecer que vivemos ainda sob a ditadura de uma classe, dentro de uma ordem social classista, e, portanto, a educação é também classista.”, ou seja, a escola não será igual para todos se não houver uma quebra dessa conservação da ideologia dominante.

O ensino de filosofia e sociologia, no Brasil passou por diversas mudanças, visto a sua importância para a criticidade e para a reflexão dos alunos, sempre foi tida pelos governantes como uma forma de desalienação da população, assim como as disciplinas de história e geografia, que foram repassadas de forma deturpada, fato este que levou em determinados momentos da história à negligência desta em prol de uma educação opressora, voltada para as demandas da hegemonia dominante. Neste sentido, a Lei 13.415 de 2017, que regulamenta a Reforma do Ensino Médio, traz em seu texto a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia como estudos e práticas. Em uma leitura rápida, notamos apenas o que é básico, ou seja, o texto afirma a permanência dessas disciplinas nos anos finais do ensino básico. Contudo, em uma leitura minuciosa, percebemos a presença dos termos “estudos e práticas” que abrem margem para o entendimento destas como de menor importância, ou, em última análise, que podem ser mescladas dentro de outras disciplinas, como história e/ou geografia.

Destarte, destacamos dois aspectos negligenciados nessa tentativa de exclusão velada das disciplinas de filosofia e sociologia do currículo do Ensino Médio. Primeiramente, ao

diminuir a relevância dessas duas disciplinas, estamos negligenciando-as como áreas de estudos científicos com conteúdos próprios, tornando-as, assim, apenas métodos que podem ser utilizados pelas outras disciplinas existentes no currículo. Além disso, essas disciplinas são de fundamental importância para o entendimento crítico da realidade e para a reflexão sobre o todo, sendo assim, diminuí-las/extingui-las do currículo seria privar os jovens brasileiros do poder de criticidade e reflexão.

Segundo Azevedo et al. (2017, p. 06):

Argumentar sobre a importância da ciência sociológica seguindo o horizonte da flexibilização de conteúdos e direcionamento para o mercado de trabalho, tão somente, pode negar aos jovens a participação política efetiva, fomentando os desinteresses, descompromissos e a apatias.

Como vimos a nossa realidade objetiva é de uma sociedade marcada pela luta de classes, e pela ideologia de uma classe dominante que opera sempre de forma a continuar em posse do poder hegemônico da sociedade.

Para isso, a classe dominante explora as classes dominadas que estão sempre alienadas do seu poder de reação. Nessa perspectiva, se essas duas disciplinas entram no campo educacional como forma de participação ativa na sociedade, é mais que esperado que a classe dominante queira retirar o seu valor e a sua legitimidade perante as classes dominadas. Percebemos hoje o levante de várias minorias em favor de seus direitos, como os LGBTs, as mulheres, os negros e os deficientes. Isso demonstra claramente o cenário de “sociedade em conflito” abordado por Gadotti (2005).

Esse é o momento em que cada classe se empodera das armas cabíveis (dentro de sua realidade objetiva) para tentar tomar posse ou permanecer em posse da hegemonia social. É exatamente nesse ponto que entra a responsabilidade dessas duas disciplinas, visto que elas formam uma poderosa arma para o levante das classes dominadas em favor da modificação social. Posto isso, torna-se clara e até óbvia a intenção que circunda a diminuição da filosofia e da sociologia nas escolas públicas do nosso país.

Retomando o conceito de capital cultural de Bourdieu (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2004), e a noção de unilateralidade que leva à desumanização do homem abordado por Sousa (2014), percebemos a questão da perda de espaço da filosofia e da sociologia nessa Reforma como um meio de alienar (ainda mais) as classes dominadas mediante a privação do capital cultural trazido por estas e o conseqüente desconhecimento das formas objetivas de modificar a sociedade. Um ambiente escolar que não preza pela formação do indivíduo para a sua

atuação na sociedade perde a sua essência de humanização e recai sobre a reprodução das desigualdades sociais. Portanto, é parte determinante que possamos melhor compreender os planos bem engendrados dos que estão hoje no poder para que possamos nos posicionar de forma atuante em favor de uma educação humanizadora.

Ademais, podemos traçar um paralelo entre a retirada das ciências humanas no período da Ditadura Militar, a fim de alienar e não fomentar questionamentos e críticas ao Governo, com a atual proposta da Nova Reforma do Ensino Médio. Esta manobra reflete que o ideal ideológico que predominou na regência militar, ainda está presente nos dias de hoje.

Partindo desse pressuposto, as medidas exercidas pelos militares foram meticulosamente planejadas e apoiadas pela classe socialmente favorecida, assim como, pelos governantes norte-americanos, para, ao ser implementado, atacar todas as organização política de trabalhadores e camponeses, que lutavam por seus direitos. Servindo a latifundiários, ao capital estrangeiro, e a empresários, em manutenção de seus interesses específicos. Para conservar essas mudanças sociopolíticas, subtede-se, utilizar de um dos mais, senão o maior, aparelho ideológico, a Educação.

Então, de forma metódica, os militares foram construindo um sistema educacional - respaldado anteriormente em um dos tópicos - que visasse mantê-los no poder, tendo uma população acrítica. As disciplinas de humanas que trazem reflexões sobre o cotidiano sofreram grande desvalorização. Sendo notáveis ainda pensamentos relacionados aos ideais propagados na ditadura militar, pois o desmerecimento para com a área de humanas ainda se faz presente, com o intuito de manter a dicotomia entre saber científico e teórico.

Sendo assim, ao analisar a perspectiva da proposta “Escola sem partido”, nos remete uma forte influência dos ideais militaristas, pois o início para uma posse de poder sobre um povo que se mantém no senso comum se torna mais fácil quando se utiliza da educação como meio de propagar ideologias elitistas. Isto posta começa-se o processo de privar o ensino nessas áreas específicas, sendo propagado para a população através de veículos de comunicação ou outro, que esse ensino não engrandece o homem, não lhes é útil para conviver em sociedade, não os prepara para o mercado de trabalho, e a classe trabalhadora, sabendo que precisa sobreviver no campo social, lhes torna mais interessante seguir essa ideologia, que promete fazer o trabalhador ter um emprego e assim, sustentar sua família. Sem perceber em que posição está sendo colocada, a reprodução dessa dominação continua a propagar-se.

Um exemplo de ideologia que se propagou durante a ditadura, foi trazer um enfoque nos estudantes de sociologia e filosofia como comunistas que queriam causar turbulências na sociedade, para que assim justificasse a retirada desses estudantes e profissionais na área exercida, sem explicar para a população os conceitos de comunismo, e assim desvencilhar-se sobre qualquer ameaça que estes pudessem causar. E atualmente, ainda são perceptíveis esses argumentos, como forma de evidenciar que o ensino técnico ofertado lhes dará um retorno financeiro mais rápido, pois, segundo esses governantes, não faz sentido passar vários anos estudando numa Universidade, e além de tudo, não conseguir uma vaga no mercado de trabalho, deixando a graduação para estudantes da classe socialmente favorecida.

Dessa maneira, a reflexão acerca dessa problemática traz a tona uma perspectiva que enxerga essa Reforma como uma ameaça à Educação, além de ser considerado um retrocesso social. Podemos perceber que os anos mudam e as manobras relacionadas à manutenção da ideologia social reaparecem de forma velada. A proposta, que utiliza do senso comum para parecer uma alternativa boa, na realidade, é um golpe ideológico mascarado, bem como ocorreu na Ditadura. Por isso, é de fundamental importância que debates e questionamentos sejam feitos, não só pelos professores e alunos das áreas de humanidades, mas também de cunho social amplo, exercendo a cidadania e o pensamento crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo, após as comparações e reflexões teóricas, apontam que a educação permanece com o forte teor de aparelhamento ideológico, mantendo, portanto, a transmissão da ideologia dominante. Isto é, a sociedade do período da ditadura militar está se reorganizando de maneira moderna no atual governo, 2018. Dessa maneira, é possível perceber que a educação continua como mecanismo de manutenção de ordem social, fazendo com que não haja uma quebra nos padrões de alienação, mas uma roda em que o dominante permanece dominando e o dominado é ensinado a não compreender que está sob dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de utilizar as disciplinas de Filosofia e Sociologia como “estudos e práticas” na Nova Reforma do Ensino Médio contradiz a própria essência da educação, uma

vez que, segundo Charlot (apud GADOTTI, 2012), esta forma a personalidade do indivíduo, através da transmissão de ideais políticos e valores sociais. É preciso aprofundar essa discussão em torno da reprodução da ideologia dominante no âmbito da pedagogia e das ciências humanas de um modo geral, como forma de impedir o retrocesso que vemos acontecer nesse momento.

O interesse em favor da Nova Reforma do Ensino Médio numa sociedade estruturada nas desigualdades, na realidade, é a tentativa de sufocar os gritos das classes desfavorecidas, dos intelectuais da classe trabalhadora, sobretudo voltados para a educação, que confrontam as armadilhas lançadas pela hegemonia no poder, que buscam refutar os discursos demagógicos da burguesia.

Vemos que essa burguesia, sentindo-se ameaçada, reage com tentativas absurdas, sobretudo no âmbito da lei, de se manter firme em sua dominação de classe. Em suma, isso nada mais é do que uma maneira sutil de uma face da alienação por meio do campo educacional diretamente conduzida por uma classe dominante que busca a conservação social no sistema capitalista. Essa Reforma representa a reorganização da classe dominante na disputa da hegemonia no cenário de crise política atual.

Tal Lei está inserida no processo de ascensão dos ideais conservadores da política nacional que não se reorganiza apenas em movimentos sociais como também estão buscando representação por uma parcela de parlamentares no âmbito político. Dessa forma, podemos compreender a reprodução dos ideais burgueses e como se articulam para ocupar espaços na sociedade brasileira, sendo uma sutil guerra de posição.

A Educação sendo fundamental na formação humana tanto pode ser usada como aparelho para manter a ordem social, dessa forma conservando a dominação da burguesia, como também pode ser o meio de nos tornarmos uma sociedade mais crítica. Nesse sentido, buscamos aqui apresentar os fatores que levam a desvalorização das disciplinas de Sociologia e Filosofia do currículo do Ensino Médio, visto que estas duas têm o poder de esclarecer os jovens quanto à realidade social que o cerca, e também a reflexão que leva a prática ativa desses estudantes na sociedade. A educação deve ter como princípio básico a integração do homem dentro da sociedade a qual pertence e o seu desenvolvimento integral, para que assim possa chegar à plenitude de sua formação humanística.

Portanto, assim como vimos no período da Ditadura Militar a manobra de retirar estas disciplinas do currículo educacional, atualmente essa ideologia está mascarada como

Nova Reforma, sendo uma ameaça à Educação, sobretudo no nosso contexto sócio-político que consiste num governo de direita e suas decisões que demarcam retrocessos significativos.

REFERÊNCIAS

- ALTUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2012.
- GADOTTI, M. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SOUSA, J. R. de **Educação, Escola e Formação: Caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Annris, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas - SP, Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.
- TRINDADE, Virgínia. **História: Assim caminha a humanidade**. Belo Horizonte, Brasil, 1993.